

# Melhora credibilidade do programa de ajuste brasileiro nos EUA

por Celso Pinto  
de Brasília

Melhorou o humor do governo norte-americano em relação ao programa econômico brasileiro. Em pouco mais de um mês, estiveram no Brasil dois subsecretários do Tesouro, "Tim" McNamar, numa viagem não divulgada publicamente, e Beryl Sprinkel, além de economistas do próprio Tesouro e do Federal Reserve. O saldo das conversas e levantamentos é mais otimista.

O governo norte-americano apoiou o Brasil desde o início da crise, mas, ao longo deste período, pressionou algumas vezes pelo endurecimento da política econômica brasileira e, principalmente, manteve uma visão crítica e cética sobre as promessas brasileiras de austeridade.

E neste delicado terreno da credibilidade sobre o êxito do programa de ajuste que fontes bem informadas registraram uma mudança para melhor.

Mcnamar fez uma escala de um dia no Rio de Janeiro, em dezembro, logo depois de assistir à posse do presidente Raúl Alfonsín na Argentina. Conversou longamente com o ministro da

Fazenda, Ernane Galvães. Sprinkel veio neste início de ano e teve longas rodadas de discussões com autoridades brasileiras sobre as perspectivas econômicas.

## APERTO FISCAL

A verdade é que o Brasil apertou a área fiscal até mais do que exigia o FMI e conteve as despesas previstas para as empresas estatais também um pouco além do esperado. Fechou 1983 com um déficit operacional e nominal do setor público inferior às metas estabelecidas. E trabalha com uma margem de segurança, neste ano, em termos de recursos fiscais, para atender a desvios na execução orçamentária.

Isto não significa mudanças nas bases da negociação externa.

Sprinkel explicou, no Brasil, que o "modelo" definido para lidar com a crise financeira internacional há mais de quinze meses, e que continua prevalecendo, passa por alguns pontos básicos: necessidade de crescimento nos países desenvolvidos; oferta adequada de recursos ao FMI e de recursos bancários aos países endividados; programas de ajustes por parte destes países; e créditos-pontes do governo norte-

americano e créditos oficiais governamentais, quando necessários. Não se espera nenhuma mudança neste padrão. Se o Brasil continuar apresentando bons resultados poderá pedir mais prazo e menores juros — e este é o limite de concessão suposto.

Neste contexto geral, não preocupa o fechamento do "pacote" relativo a 1984, sucessivas vezes adiado. Ele será assinado com os US\$ 6,5 bilhões previstos de créditos bancários privados, mesmo que inúmeros bancos deixem de participar. Há uma espécie de "acordo de cavalheiros" entre as instituições-líderes de completar qualquer eventual buraco que ocorrer na undécima hora. E absolutamente infundada a informação de que o Tesouro, ou o fed poderiam, eventualmente, conceder um empréstimo-ponte para isto. Fonte bem-informada classificou esta idéia de "absurda".

## DESERTORES

E certo, contudo, que inúmeros bancos abandonarão o risco Brasil e não colocarão um único cent neste "jumbo". A lista dos desertores não inclui apenas pequenos bancos norte-americanos, como tem sido dito, mas algumas institui-

ções que podem ser classificadas como de médio porte — entre eles um banco de Detroit e outro de Indiana. Não há um cálculo preciso de quantos bancos não subscreverão o "pacote", mas a fonte não acha despropositado pensar em cerca de duzentas instituições.

Há mesmo sérios problemas operacionais com o fechamento do projeto 3 do "pacote" brasileiro — o que pede o compromisso firme dos bancos na oferta de créditos comerciais de curto prazo.

Na descrição desta fonte, os advogados do comitê assessor levaram muito tempo para montar o roteiro básico da documentação, mas cada advogado, de cada banco privado, sente-se no direito de questionar vários pontos.

A terceira fonte de atraso na assinatura do "jumbo" é reticência de alguns bancos do Oriente Médio e da Espanha. A resistência dos bancos árabes foi explicada pela fonte com um argumento básico: são bancos, em geral, sem tradição de operação no mercado internacional e para quem, portanto, pesam muito mais as dúvidas sobre manter-se ou não engajados em compromissos com países altamente endividados.